

CIÊNCIAS SOCIAIS, RURALIDADE E TERRITÓRIOS: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento

SOCIAL SCIENCES, RURALITY AND TERRITORIES: towards some new references to think the development

Sergio Schneider

Professor dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS)
e Desenvolvimento Rural (PGDR) da UFRGS
schneide@ufrgs.br

Resumo

Este trabalho pretende identificar as principais vertentes teóricas e analíticas das ciências sociais que utilizam o conceito de território para analisar os processos de desenvolvimento e mudança social no meio rural. Na primeira seção discutem-se três perspectivas analíticas, que são a perspectiva da geografia política, que utiliza-se do conceito para analisar o poder e as formas de dominação no espaço. A visão da antropologia e da sociologia, que analisam os territórios na perspectiva da identidade social e da construção do capital social. E a abordagem da geografia econômica, que pensa o território como uma variável do desenvolvimento econômico que permite entender o papel do espaço sobre os processos inovação, a geração de economias de escopo e a criação de externalidades. Em seguida discute-se como as perspectivas teóricas contemporâneas que se dedicam à reflexão sobre o tema do desenvolvimento incorporam a noção de território em seu arcabouço analítico e conceitual. Nas seções finais analisa-se como as principais perspectivas políticas, práticas e analíticas que operam com a noção de desenvolvimento territorial rural vem sendo apropriadas pelos formuladores de políticas tanto quanto pelos estudiosos. A conclusão do trabalho aponta, sumariamente, que esta havendo uma renovação do debate sobre ruralidade, territórios e desenvolvimento que vem influenciando tanto os mediadores como os analistas, que estão aprendendo a lidar com este novo referencial por meio de teorias e metodologias.

Palavras-chave: Teoria social. Territórios. Ruralidade. Desenvolvimento.

Abstract

This paper aims to identify the main theoretical and analytical veins from the social sciences which using the concept of territory to examine the processes of development and social change in rural areas. The first section discusses three analytical perspectives, which are the perspective of political geography, which is used to analyze the concept of power and forms of domination in space. The vision of anthropology and sociology, which examined the territories in the perspective of the social identity and building social capital. And the approach of economic geography, which understand the territory as a variable of

economic development that helps to understand the role of space on the innovation processes, the generation of scope economies and the creation of externalities. The next section discusses how the contemporary theoretical perspectives engaged in the reflection on the development issues are incorporating the concept of territory in its conceptual and analytical framework. The final section examines itself how the main political perspectives, practices and analytical operating with the notion of territorial rural development has been appropriate for policy-makers as well as by scholars. The conclusion of the paper points out, briefly, that there is a renewal on the debate on rurality, territoriality and development that is influencing both the mediators and the scholars, who are learning to cope with this new framework throughout theories and methodologies.

Keywords: Social theory. Territories. Rurality and development.

Introdução

Uma mudança importante está em curso na forma como os estudiosos, os formuladores de políticas e os atores sociais percebem e agem no espaço rural. A implicação mais imediata que decorre desta mudança é de caráter cognitivo, pois os indivíduos e suas organizações começam a modificar suas concepções e passam a buscar novas referências e orientações. Mas estas referências ainda não estão inteiramente consolidadas, ainda não foram amplamente testadas e submetidas ao crivo da avaliação.

O debate atual sobre a ruralidade, a territorialidade e o desenvolvimento parece se encontrar neste estágio. As definições e referências do passado ainda continuam presentes na cabeça dos estudiosos e analistas, mas raros são aqueles que desconhecem sua crescente limitação para lidar com as múltiplas transformações que a sociedade contemporânea está trazendo a lume. Mas mudar de perspectiva é sempre difícil e exige uma longa etapa de amadurecimento e, sobretudo, experimentação, para que sejam aceitas as provas e se possa suceder uma nova etapa de estabilidade. De um modo mais sofisticado e teoricamente fundamentado, este processo foi descrito pelo cientista Thomas Kuhn para descrever como períodos de “ciência normal” são lentamente rompidos por mudanças de pequena monta, que ocorrem de forma lenta e gradual, mas aos poucos vão transformando os paradigmas científicos, que são as estruturas mentais, teóricas e metodológicas com as quais se constroem os conhecimentos em uma determinada época.

Quais são os fatores que estão causando a desestabilização e a lenta superação dos modelos cognitivos, conceituais, práticos e políticos, até recentemente aceitos e legitimados, sobre os temas da ruralidade, a territorialidade e o desenvolvimento? Quais são as propostas que têm surgido e de como modo elas propõem suplantar os problemas que afetam as perspectivas que estão em crise, ou melhor, que já não são mais capazes de responder adequadamente ou suficientemente as questões que estão colocadas? Estas são perguntas de difícil resposta, pois exigem um longo périplo para diagnosticar quais são as perspectivas que estão em processo de crise e superação como, sobretudo, localizar aquelas que oferecem respostas de tipo novo. Um dos objetivos deste texto foi o de tentar uma aproximação de respostas a estas questões, dentro de determinados limites e possibilidades.

O que traz a convicção de que uma mudança está em curso é o fato de que a ruralidade, a territorialidade e o desenvolvimento são temas que vêm sofrendo tentativas de atualização e alteração não apenas no domínio acadêmico e analítico, onde a busca pela renovação de enfoques é quase uma constante. O que chama atenção é o fato de que os domínios da política (entendido como o campo de atuação das relações e disputas do poder), em sua esfera institucional e organizacional, e o domínio das práticas sociais (entendidas como as ações e interações cotidianas para viabilizar a produção e a reprodução entre os humanos e a natureza) também estão buscando novas referências que orientem seus modos de agir e fazer. Como testemunho desta afirmação, pode-se citar o número crescente de programas governamentais e as ações de agências e organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, que estão operando a partir de referenciais que têm em comum idéias como, por exemplo, (a) que a ruralidade é heterogênea e não circunscrita às atividades agrícolas; (b) que os territoriais são espaços pertinentes para se pensar a articulação entre as escalas regionais e locais e a globalização; (c) que o desenvolvimento precisa levar em conta não apenas questões econômicas, produtivas e tecnológicas, mas também culturais e ambientais; (d) que a mudança é um processo lento que precisa trazer efeitos práticos como melhorar a renda e a qualidade de vida, tanto quanto incidir sobre as mentes dos atores envolvidos e ser capaz de ser assimilado pelas instituições coletivas.

Mas é preciso reconhecer, igualmente, que a mudança de pensamento e concepção em andamento sobre a ruralidade, a territorialidade e o desenvolvimento pode ser entendida

como uma tentativa de estudiosos, políticos e atores buscar respostas aos desafios e condicionantes impostos pelos processos mais gerais de transformação das sociedades contemporâneas. Embora seja uma metanarrativa, é preciso reconhecer que a globalização econômica e comercial exerce seus efeitos sobre as interações humanas e espaciais, redefinindo a forma e as funções da divisão social do trabalho. Da mesma forma, as modernas tecnologias informacionais, informática e telecomunicações, alteraram vagorosamente as interações sociais, os limites de espaço-tempo e a forma de produzir e trabalhar. Mas pode-se citar também as alterações do papel do Estado e a forma de interação com a sociedade civil e os indivíduos. Claro que a lista de condicionantes e fatores causais poderia ser estendida, embora sem que se chegasse a um consenso sobre o peso relativo de cada fator.

O que vale salientar, contudo, a título de introdução, é que a reflexão que se pretende fazer neste trabalho consiste em entender como as mudanças recentes nas formas de pensar e agir acabam transformando as próprias noções de ruralidade, a territorialidade e o desenvolvimento. Parte-se do entendimento de que há diferentes visões e percepções sobre cada um destes três domínios e que, de alguma forma, cada um deles reporta-se ao conceito de território ou da abordagem territorial. Neste sentido, a questão que se pretende responder é sobre como as mudanças de concepções e entendimentos sobre a ruralidade, a territorialidade e o desenvolvimento são produzidas e construídas tendo em vista a crescente interface entre as dimensões espacial (ou territorial) e social e econômica.

Considerações sobre o conceito de território nas ciências sociais

O conceito de território é ubíquo e amplo. Para os geógrafos trata-se de um dos conceitos fundadores da disciplina, que se relaciona com outro de complexidade ainda maior, que é o de espaço (DI MÉO, 1998). Para os biólogos e ecólogos o conceito de território serve como recurso heurístico para análise do habitat e das formas de uso dos biomas e ecossistemas pelos animais. Os antropólogos e etnólogos usam o conceito de território para descrever e delimitar o espaço em que transcorrem relações e interações de

determinados grupos sociais em geral demarcados por meio de símbolos e representações. Já os economistas e planejadores apelaram para o conceito de território para tentar entender em que medida a localização espacial de determinado recurso ou atividade produtiva pode influenciar no seu custo e na formação dos preços relativos dos produtos.

Obviamente, foge aos objetivos desse trabalho fazer um inventário de como as diferentes disciplinas utilizam e definam o conceito ou a noção de território. Mas para sumarizar como o conceito de território é aplicado nos diferentes campos das ciências sociais, é possível classificar as diferentes perspectivas que utilizam o conceito de território segundo três paradigmas principais.

O primeiro paradigma tende a definir o território a partir da interação dos humanos com o espaço. Resultam daí formas de uso e de transformação do espaço, espaços criados, espaços construídos ou espaços transformados. Além disso, esta perspectiva também pensa o espaço na sua dimensão instrumental e normativa, no sentido de que um determinado lugar pode ser demarcado e apropriado por aqueles que são capazes de mantê-lo sob sua guarda e domínio. As vertentes analíticas que mais se identificam com esta perspectiva de uso do conceito de território são as perspectivas marxistas e as abordagens neo-ratzelianas.

Entre os marxistas, há um conjunto amplo e importante de autores que definem o território a partir da forma como os espaços são apropriados e gerenciados pelo processo de desenvolvimento das forças capitalistas de produção. De uma maneira geral, esta forma de compreender o território remete a analogia original formulada por Marx n' *A Ideologia Alemã*, quando afirma que o processo de diferenciação do espaço (entre cidade e campo, por exemplo) é uma decorrência ou projeção da forma pela qual se processa a divisão social do trabalho em uma determinada sociedade. Para Marx, a interação homem-natureza assume múltiplas formas, cuja maior ou menor diversificação dependerá das condições objetivas e históricas em que se processo transcorre e opera. Uma vez que as formas de interação entre homem e natureza seguem o princípio do filósofo pré-socrático Heráclito, que afirma que não há coincidência entre o ser/fazer e o tempo, chega-se à conclusão de que cada forma de interação é singular, não há repetição e nem inexorabilidade.

Estudiosos das formas de uso do espaço e das formas de interação dos homens com os recursos disponíveis nos espaços mostram como deste modo material decorrem modelos

de organização social e econômica que conformam determinadas formas de sociedade, como a capitalista, por exemplo. Os trabalhos do filósofo Henry Lefebvre e, mais recentemente, de geógrafos como Milton Santos, David Harvey e Doreen Massey, podem ser entendidos como uma tentativa de demonstrar como as sociedades modernas produzem determinados meios de interação com a natureza que conformam ou produzem um modo específico de uso e apropriação do espaço. Nestes termos, o processo de uso e apropriação do espaço pelos homens é entendido como um processo de produção do espaço, que para muitos é a expressão da territorialização. Segundo Haesbaert (1997, 2002 e 2004), em um trabalho de longo alcance sobre estas perspectivas, este processo de produção do espaço envolve também a sua reprodução. E este não é um processo linear e positivo. Para dar conta da complexidade com que o capital vai mudando e transformando o espaço, Haesbaert lança mão das noções de desterritorialização e reterritorialização para analisar como as mudanças nas relações homem-natureza implicam em alterações no modo como os territórios são usados.

Apesar das perspectivas não marxistas não ignorarem a questão da apropriação e do uso do espaço por determinadas formações sociais, em geral acabam retomando algumas idéias de F. Ratzel, o fundador da disciplina, ao insistirem que mais do que o uso do espaço como tributário da divisão social do trabalho, o território e os processos de territorialização implicam em formas de dominação do espaço, de construção de instrumentos e mecanismos de poder que sejam capazes de assegurar o seu domínio e o seu controle. Neste sentido, tal como para Ratzel, a questão do poder e da dominação adquire uma centralidade na definição do território. Para estas perspectivas analíticas, somente pode-se discutir acerca do território na medida em que se levar em consideração a relação entre poder e espaço ou entre poder e formas de dominação do espaço. Os autores que compartilham desta perspectiva não se restringem ao entendimento do poder como fonte de força e potência do Estado, ou o domínio do espaço pelo poder do Estado. Como alternativa analítica a esse território estatal *a la* Ratzel, Raffestin (1986, 1987, 1993), uma das principais referências neste debate, propõe a existência de múltiplos poderes, que emana de origens diversas e se manifestam de formas variadas e heterogêneas no território.

Para Raffestin, sempre que o uso do espaço implicar na geração de mecanismos de poder com o sentido de forjar formas de dominação, sejam elas quais forem, ocorre um processo de configuração territorial. Nesta perspectiva, entende o território como a manifestação no espaço do poder que se apóia e fundamenta em relações sociais de diferentes tipos e graus de intensidade, tal como ocorre com a energia e/ou a informação, por exemplo. Isto permite pensar o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R) a partir do grau de acessibilidade à informação. A informação de símbolos e significados pode fazer surgir novos territórios (territorialização), destruí-los (desterritorialização) ou reconstruí-los (reterritorialização). Esta relação entre poder e território também é tratada nos trabalhos de Souza (1995), que mostra que o território é o espaço determinado e delimitado por e a partir de relações de poder, que definem um limite (alteridade) e que operam sobre um substrato referencial, o que implica que o território pode ser definido por relações sociais e estar vinculado a formas jurídico-políticas (exemplo clássico de um Estado-nação), culturais (uma associação de bairro dentro de uma cidade) e/ou econômicas (uma grande empresa).

O segundo paradigma das ciências sociais que trata do conceito de território refere-se à visão esposada pelos estudiosos que pensam o território a partir das relações entre as dimensões imateriais, culturais e simbólicas com os espaços. Neste caso, o território reflete uma configuração social que se situa em um ponto no espaço, podendo ser um grupo de jovens que vive em determinado ambiente urbano ou até mesmo um grupo de indígenas que habitam uma porção de terra. Conforme destacou Escobar (2001), tanto a fenomenologia quanto a ontologia, duas poderosas perspectivas epistemológicas das ciências humanas, tratam da relação dos indivíduos com o seu lugar no espaço.

Mas neste paradigma a questão central das relações entre os humanos e os territórios passa pela construção das identidades e da criação de códigos e normas que criam elos sociais entre indivíduos que ocupam determinado espaço e comungam entre si valores e sentimentos de pertencimento a um grupo. O território, portanto, deixa de ser apenas a delimitação do espaço físico ocupado e usado e passa a ser uma referência cultural que se manifesta através da identidade dos indivíduos em relação ao espaço que ocupam e usam (SAYAGO et al., 2006).

Neste sentido, um termo freqüentemente utilizado pelos analistas desta vertente é o de desterritorialização cultural, muitas vezes usado como sinônimo de desenraizamento ou enfraquecimento dos valores e da identidade de um determinado grupo social. Vários estudiosos mostraram que grupos sociais com forte identidade e sentimento de pertencimento são socialmente coesos e capazes de se impor de forma reativa ou proativa aos efeitos externos. Assim, grupos locais com identidade social e territorial conseguem mobilizar forças e estratégias em face às tendências de massificação e pulverização cultural provocadas pela globalização. Neste caso, o recurso ao conceito de território ajuda a explicar as estratégias de localização através do fortalecimento da identidade, dos valores imateriais e da cultura. Assim, formas de resistência podem emergir à medida que os grupos sociais sejam capazes de mobilizar-se politicamente tendo como ponto de referência a identidade social baseada no senso de lugar (*'sense of place'*).

Mesmo sem utilizar explicitamente a referência à dimensão territorial na perspectiva da mobilização social e da formação da identidade, cientistas sociais vêm oferecendo contribuições importantes para reflexão sobre a relação entre espaço/território, identidade e formas de mobilização política. Este é o caso, por exemplo, dos trabalhos de Putnam (1996), que se tornaram referência nas análises de grupos sociais caracterizados por uma forte identidade social (espírito cívico). Em seu referenciado estudo sobre a Itália, Putnam mostra que em determinadas regiões do norte do país a herança cultural fortemente cimentada por laços de sociabilidade e identidade local foram responsáveis pelo desenvolvimento de dispositivos coletivos (na forma de associações, agremiações e organizações de classe) que se manifestam em um sentimento de comunidade e de pertencimento a um grupo social. Segundo o autor, estes dispositivos coletivos formam um “capital social” que funciona como um recurso não apenas para garantir coesão social mas, sobretudo, para estimular a criação de formas de organização política e institucional que buscam garantir a estabilidade e o bem-estar dos indivíduos que pertencem ao território.

O terceiro paradigma das ciências sociais que lida com o conceito de território inscreve-se no amplo campo dos estudos de economia, do planejamento e da geografia do desenvolvimento. Nesta perspectiva, o conceito de território é associado ao de região, sendo muitas vezes tratado como sinônimo. A preocupação com o espaço-região é uma

questão fundamental para a geografia possibilista, inspirada em Paul Vidal de La Blache, que pensava as regiões a partir de seus atributos naturais como relevo, clima, atividades econômicas e infra-estrutura. Mas foi o geógrafo alemão Von Thünen, ainda no século XIX, o pioneiro em tentar associar as regiões (o seu conteúdo físico, por assim dizer) a determinados modelos ou tipos desenvolvimento e uso dos recursos naturais disponíveis no espaço. Mais tarde, na década de 1930, Christaller e Lösch retomaram a discussão e criaram o que viram a ser as primeiras teorias do lugar central e dos efeitos da localização sobre o desempenho econômico das regiões. Mas foi através do trabalho de François Perroux que os estudos sobre desenvolvimento econômico conseguiram demonstrar em que medida uma determinada região pode ser caracterizada como pólo de influência e atração por possuir uma dinâmica econômica e social definida e ser dotada de processos contínuos e potenciais de inovação tecnológica, alta mobilidade de fatores e de intenso relacionamento institucional.

Ainda no âmbito deste paradigma, o “*turning point*” das perspectivas regionalistas e a introdução do conceito de território ocorreu no período mais recente, a partir do final da década de 1970 e, sobretudo, ao longo dos anos 1980, quando emerge, desenvolve-se e diversifica-se o que na literatura será descrito como o “novo regionalismo” (FERNÁNDEZ; AMIN; VIGIL, 2008). Conforme mostra Lovering (1999), o novo regionalismo não possui apenas um marco fundante ou um ponto de partida como referência comum, nem uma única perspectiva analítica. De uma forma geral, o novo regionalismo pode ser identificado como um conjunto de narrativas e perspectivas analíticas sobre a proeminência e as possibilidades desenvolvimento de regiões e territórios na fase do capitalismo pós-fordista. De fato, para o novo regionalismo o debate sobre o fim do fordismo e a emergência do pós-fordismo, assim como as questões sobre o desenvolvimento regional, inovação territorial, economias de aglomeração e escopo, processos de localização, enraizamento/imersão (*embeddedness*) cultural, são temas de primeira ordem.

O novo regionalismo possui uma expressiva projeção entre economistas preocupados com as questões regionais assim como geógrafos que se ocupam das economias locais e dos processos de desenvolvimento regional. Duranton e Storper (2006) procuraram fazer uma síntese desse diálogo, mostrando os temas em comum e as principais divergências no

diálogo entre economistas e geógrafos. Ainda que sujeito à limitações, pode-se dizer que entre a economia e a geografia econômica há dois grupos preocupados com as relações entre espaço, território e desenvolvimento. De um lado, estão autores afiliados à perspectiva de Paul Krugman (1998), que tentam explicar os padrões de desenvolvimento das regiões a partir do modo como se articulam “as forças centrípedas” e se organizam os recursos nele existentes, tais como a qualidade da força de trabalho (capital humano), a capacidade de inovação tecnológica e o papel das instituições (Requier Desjardins, 1996; 2002). A outra vertente, identificada com Alfred Mashall, ficou conhecida como a “escola dos distritos industriais neo-mashallianos”.

Estes estudiosos focalizaram as especificidades da industrialização da região da Terceira Itália (Emilia-Romagna, Toscana, etc) destacando a proximidade entre firmas e instituições, a geração de externalidades sobre o território e o papel da ação coletiva na difusão de conhecimento, inovação e formação da mão-de-obra. Os trabalhos de Becattini (1994) e Bagnasco (1993, 1996), entre tantos outros, indicaram que a especificidade do caso italiano residia na formação de sistemas produtivos com forte identificação das empresas e dos agentes econômicos com os territórios em que estavam localizados. Assim, os territórios passam a ser agentes de transformação social e não um mero suporte de recursos físicos para objetos, atividades e processos econômicos (VÁZQUEZ BARQUERO, 2002).

A partir do trabalho dos italianos, Piore e Sabel (1984) formularam a tese de que o desenvolvimento da terceira Itália sinalizava, na verdade, a emergência de um novo modelo de organização dos processos produtivos industriais, denominado de especialização flexível, que representaria uma alternativa ao fordismo.

Os estudos sobre a industrialização difusa na Itália ganharam excepcional projeção internacional e geraram o aparecimento de outras perspectivas sob o enfoque das economias de proximidade. Duas perspectivas se sobressaem neste debate. A primeira é a vertente que identifica os processos locais e o papel do espaço com a criação de *clusters* que teriam a capacidade de organizar os processos produtivos em economias de aglomeração. Os trabalhos de Porter (1990) destacam que os clusters são capazes de produzir um tipo de “vantagens competitivas sistêmicas” e Schmitz (1995a, 1995b) aponta que as experiências

de aglomeração de produção em territórios geram cluster que funcionam com base no que chamou de “eficiência coletiva”¹. A segunda perspectiva focaliza mais diretamente os processos de inovação e o papel dos territórios (*milieux* ou entorno) como espaços de aprendizagem coletiva (MAILLAT, 1995). Nesta perspectiva, o ambiente em que transcorrem as relações de proximidade tornam-se um elemento fundamental para compreensão das decisões dos atores e das formas de inovação tecnológica como resultados de processos coletivos de aprendizagem².

Surge daí uma literatura relativamente extensa sobre os sistemas produtivos locais, inovação e desenvolvimento endógeno que inscreve-se no debate sobre regiões e territórios. O que há de comum entre estas perspectivas é o fato de considerarem que os sistemas produtivos e as relações de trabalho e produção operam nos marcos de uma dinâmica peculiar que é influenciada pelo espaço em que se encontram. Esta articulação, do tecido produtivo local com o ambiente sócio-econômico, levou à crescente utilização do conceito de território, que passou a ser entendido pelos economistas como uma variável a ser levada em consideração no estudo dos processos de desenvolvimento. A definição de Reis sobre os “territórios como espaços organizadores de funções econômicas, onde se iniciam, desenvolvem e potencializam processos relacionais de estruturação produtiva que originam materialidades econômicas particulares em cujo contexto de funcionamento as referências de ordem local podem ser significativas” (REIS, 1992, não paginado), representa uma boa síntese desta percepção.

Ruralidade e território

A discussão sobre ruralidade que os cientistas sociais empreenderam nos últimos anos constituiu-se, essencialmente, em um esforço para superar as tradicionais concepções dicotômicas que definiam o rural em oposição ao urbano, atribuindo-lhe características como a baixa mobilidade, reduzida estratificação social, forte autonomia, dependência da agricultura, entre outras, conforme preconizado pela definição clássica de Sorokin, Zimmerman e Galpin (1929) e Solari (1973).

Atualmente, os estudiosos já não divergem quanto à existência de uma interação ativa e recíproca do rural com o urbano e vice-versa. Embora não exista acordo em relação ao modo de classificar e definir o conteúdo e a extensão da ruralidade, há consenso de que os processos sociais, as dinâmicas econômicas (produtivas e tecnológicas) e os traços culturais que ocorrem no espaço rural são fluídos, permeáveis, transpassados e de algum modo integrados à sociedade contemporânea. Portanto, aquela idéia de associar o rural ao atrasado, ao isolamento ou a tradição e o urbano ao progresso, à integração e à modernidade perderam seu sentido.

Antes de apresentar uma síntese das principais perspectivas sobre a ruralidade, vale a pena um breve comentário sobre a adjetivação recente que este debate vem recebendo, especialmente pelo fato de que muitos autores se referem a uma “*nova ruralidade*”.

Determinar o caráter *novo* ou *velho* de um debate é sempre um esforço inócuo do ponto de vista científico. Em 1978, José de Souza Martins publicou um artigo cujo argumento central parece válido ainda hoje (MARTINS, 1978). Na ocasião Martins se ocupava da reflexão sobre a ambigüidade (de um lado, atribuição teórica e conceitual e, de outro, normativa e prática) da relação cidade-campo ou rural-urbano na tradição sociológica, procurando mostrar como estas formulações dualistas ou dicotômicas assentava-se em falsas premissas. Segundo Martins, a criação de uma sociologia específica para estudar o rural (a sociologia rural) acabou legitimando o pressuposto de que existia esta especificidade na forma de uma dominação do urbano sobre o rural, da cidade sobre o campo ou da indústria sobre a agricultura. Neste sentido, afirma Martins, “*a sociologia rural mostra-se como expressão da dominação da cidade sobre o campo*”.

Na medida em que o estudo do rural era feito por uma sociologia engajada e comprometida com aqueles que a demandavam ela própria acabou se tornando refém de suas prerrogativas epistemológicas, quais sejam, de que havia uma ruralidade que se definiam em oposição à urbanidade. A releitura do texto de Martins mostra que o debate atual sobre o rural e suas relações com o urbano e sobre a melhor forma de delimitá-lo é uma discussão sociologicamente inócua e sem sentido que, no fundo, decorre de uma ideologia que via o processo de desenvolvimento como a superação do rural pelo urbano, ou o triunfo da indústria sobre a agricultura, ou da cidade sobre o campo. Neste sentido,

talvez ainda valha a recomendação de que a delimitação ou definição do que é o rural e apenas o “*ponto de partida*” (mas não o ponto de chegada), para todos aqueles que desejam fazer o estudo científico e analítico dos objetos que constituem o conteúdo do rural (as relações sociais, interações, instituições e cultura).

Na década de 1990 surgiram estudos que passaram a destacar “a nova ruralidade”³. De uma maneira geral, são trabalhos que se inscrevem na análise sobre os efeitos da globalização, tais como as mudanças nas formas de trabalho e suas repercussões sobre a mobilidade da força de trabalho (migrações e deslocamentos populacionais estacionais), e as alterações do papel das políticas públicas para agricultura e o meio rural. Na sociologia e nas demais disciplinas das ciências sociais houve até mesmo uma retomada de temas rurais neste período. As características mais gerais desta discussão sobre a “nova ruralidade” foram captados por Kay (2007), ao indicar que na América Latina os estudos sobre a “*nueva ruralidad*” buscam

ampliar la visión del campo de lo agrario a lo rural, en enfatizar la multifuncionalidad de los espacios rurales debido a la creciente importancia de las actividades no agrarias y de la más fluida e intensa interrelación entre lo rural y lo urbano y lo local con lo global, y en remarcar los significativos cambios en los patrones culturales y de vida rurales. (KAY, 2007, p. 32).

Contrários a esta agenda de pesquisas da “*nova ruralidade*” há argumentos que sustentam que os temas do passado, como a discussão sobre os problemas fundiários, o clientelismo e a dominação patrimonial, sem falar da pobreza, mantêm a ruralidade atual inalterada e exatamente igual como sempre foi: pobre, violenta, injusta e desigual. Mas há também aqueles que já decidiram abolir completamente a referência ao rural ou a ruralidade, como é o caso daqueles que preferem utilizar o termo agronegócio (uma tradução de *agribusiness*) em substituição a agricultura e ao meio rural. Nesta perspectiva, ocorre um deslocamento do foco das ações, relações e interações dos indivíduos, empresas e instituições que atuam no rural para a esfera da cadeia de produção agropecuária.

Mas há também um esforço consistente e interessante por parte de vários cientistas sociais, com destaque para sociólogos e geógrafos, que estão buscando novos critérios para definir o que é o rural e de que modo a ruralidade pode ser um tema interessante de pesquisa. Neste sentido, vale a pena destacar dois esforços importantes, entre outros que

poderiam ser citados. O primeiro é o trabalho do sociólogo norte-americano W. Friedland (2002), que em artigo na tradicional revista “*rural sociology*” apresenta três casos de produtores rurais de pequenas localidades da Califórnia e, a partir da análise das relações de cada uma com o espaço local e suas interações com o ambiente externo, lança uma série de questionamentos sobre o significado do rural e da própria agricultura. Segundo Friedland, a partir do momento em que se amplia a industrialização da produção de alimentos, fibras e matérias-primas, torna-se difícil de distinguir o que é a agricultura propriamente dita e em que medida ela se distingue de uma indústria alimentar, o “agribusiness”. Da mesma forma, o autor se interroga sobre o que seria o espaço rural propriamente dito nestas circunstâncias. Sua conclusão é de que nem o rural e nem a agricultura podem ser definidos e entendidos a partir dos processos de produção e transformação material que hoje estão em andamento. Como sugestão final, chega a sugerir que o próprio Departamento de Agricultura do governo americano (USDA) seja dividido em dois, sendo um encarregado da indústria alimentar e chamado de Ministério do “agribusiness” e o outro, ocupado com a preservação das paisagens, programas sociais e comunitários, extensão rural e produção orgânica em pequena escala.

O segundo esforço é o do geógrafo M. Woods (2007). Numa perspectiva abrangente e, até certo ponto corajosa, este autor buscou caracterizar a ruralidade globalizada (*‘global countryside’*), que seria “um espaço hipotético que corresponde a condição de interconectividade e interdependência das localidades rurais”(WOODS, 2007, não paginado). Woods dedicou-se a uma ampla revisão da literatura sobre globalização, agricultura, sistemas agroalimentares para analisar como os estudiosos destes temas percebiam as mudanças espaciais recentes. Woods utiliza a noção de “interações híbridas” de D. Massey (2005) para caracterizar as relações entre as transformações provocadas pela globalização e seus efeitos diversificados em diferentes tipos de espaços locais e regionais, associados a ruralidade. Para definir a ruralidade global, Woods classificou os estudos sobre globalização, agricultura e ruralidade em cinco grandes abordagens, a partir das quais organizou dez dimensões que caracterizariam o que chamou de “*global countryside*”:

- a) a ruralidade globalizada se caracterizaria por redes internacionais de *commodities*;

- b) a ruralidade globalizada é amplamente dominada por grandes corporações transnacionais que organizam as relações e as interações econômicas e comerciais;
- c) a ruralidade globalizada caracteriza-se por fluxos de migrantes e trabalhadores em diferentes tipos de setores, em geral em condições de vulnerabilidade;
- d) o rural globalizado já é largamente utilizado por não-agricultores, especialmente turistas, que são crescentemente atraídos pelas amenidades e paisagens;
- e) a ruralidade globalizada atrai capitais internacionais que procuram as áreas rurais como espaços para construção civil e habitação, especialmente nas zonas que possuem vantagens naturais e locacionais;
- f) a ruralidade global recebe forte suporte discursivo por meio da crescente defesa da natureza e das críticas contra a degradação ambiental;
- g) mesmo assim, a ruralidade global é fortemente afetada pelos impactos ambientais, sobretudo pela destruição florestal, poluição das águas e comprometimento das paisagens;
- h) a ruralidade globalidade é polarizada por grandes e pequenos empreendedores, opondo as corporações internacionais aos pequenos proprietários e camponeses;
- i) a ruralidade global possui espaços de luta política globais que superam os Estados nacionais, as regiões e localidades, tal como e o caso das negociações que ocorrem no âmbito da OMC;
- j) mas, a ruralidade globalizada também continua a ser um espaço de contestação, embora a forma da ação política e os seus alvos tenham se alterado;

A teoria social e a nova ruralidade

Um olhar de conjunto pela literatura internacional permite mostrar que há pelo menos três esforços significativos de redefinição conceitual e analítica da ruralidade no período recente, que tiveram repercussões importantes nos estudos contemporâneos. A primeira perspectiva discute a definição da ruralidade com base nas mudanças sócio-econômicas e demográficas, ressaltado a necessidade de encontrar definições que sejam capazes de dar

conta destes processos. A segunda perspectiva discute a ruralidade pelo viés das questões culturais e da representação, indicando que o espaço rural possui um sentido que vai além das características paisagistas e das formas de uso dos recursos naturais. Trata-se de uma perspectiva que pretende desvincular o rural da sua base físico-espacial, argumentando que a ruralidade é uma forma de percepção e representação que está relacionada à cultura e à identidade dos indivíduos e atores. A terceira perspectiva é representada por estudiosos que analisam a ruralidade pela ótica das transformações mais gerais do período pós-fordista, que produz impactos e gera reconfigurações nos espaços regionais. Estes autores destacam o papel da diversidade e da heterogeneidade dos espaços rurais forjados pelas mudanças societárias contemporâneas como a descentralização econômica e política, as novas tecnologias informacionais, os fluxos de comunicação e interação, entre outros. Vale a pena detalhar melhor cada uma destas perspectivas.

O primeiro esforço ganhou projeção a partir da divulgação do trabalho da OCDE sobre os limites das definições setoriais do rural e da apresentação e aplicação de uma metodologia que ficou conhecido como de “indicadores territoriais da ruralidade” (OCDE, 1996)⁴. Preocupada com o decréscimo relativo da população rural economicamente ativa e, ao mesmo tempo, em proporcionar um recorte diferenciado para o estudo do rural a OCDE assumiu, em 1991, o desafio de elaborar uma abordagem que permitisse entender e comparar o rural entre os 24 países membros da organização⁵.

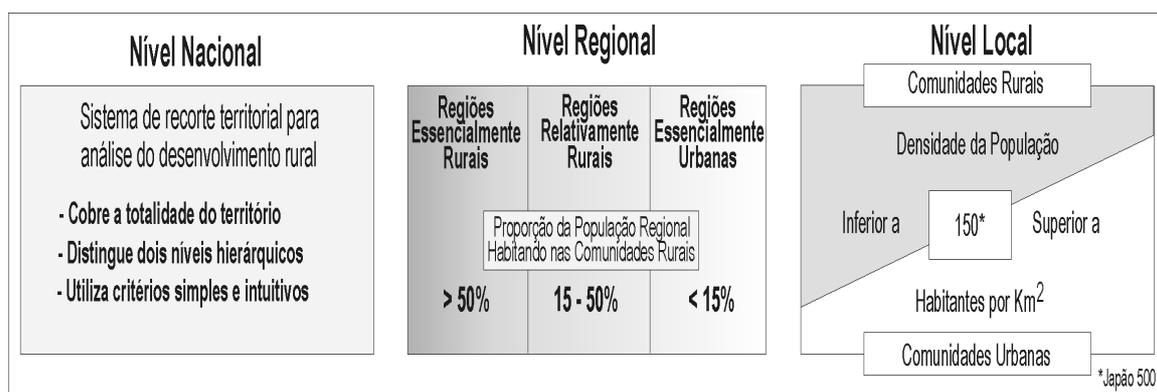
Em razão da enorme diversidade de entendimentos que cada país utiliza para definir o rural, os estudiosos da OCDE perceberam a necessidade de elaborar uma metodologia que fosse capaz de abarcar, ao mesmo tempo, as especificidades e diversidades. Neste sentido, segundo Blume (2004), seu “quadro de referência conceitual” não é de natureza teórica, mas baseado em referências empíricas, mais precisamente em indicadores (OCDE, 1994, p.13). Isto fez com que se estabelecessem três dimensões orientadoras, a saber: o território, que faz referência às regiões e suas performances econômicas, sociais, ecológicas e políticas; o desenvolvimento rural, entendido como um conceito plurisetorial que engloba questões de natureza múltipla; e a dimensão temporal que se refere não apenas à periodicidade das dinâmicas, mas também à historicidade da evolução das opções técnicas, econômicas ou comportamentais (OCDE, 1994, p. 15-16).

A partir destas referências, o sistema territorial passou a ser orientado pelas funções e potencialidades, mais do que pela simples base física e geográfica (OCDE, 1994, p.19). A operacionalização deste enfoque territorial permitiu superar o problema da incompatibilidade entre as diferentes definições utilizadas e se estabelecessem novas dimensões para as fronteiras entre o rural e o urbano (BLUME, 2004; ABRAMOVAY, 2003). Além disso, a abordagem territorial proposta pela OCDE permitiu uma visão mais integrada e igualitária e facilitou a comparação entre os países membros da organização.

Para operacionalizar a abordagem territorial, a OCDE recorreu a indicadores demográficos, sendo a densidade demográfica a principal variável. Segundo Blume (2004), para a OCDE o critério de densidade demográfica é neutro e não remete a uma visão pré-determinada do que são os problemas e as possibilidades do meio rural: ela não induz à correlação automática entre ruralidade e a pobreza ou o despovoamento. A partir destes elementos de cunho territorial orientou-se a aplicação de forma a organizar espacialmente as informações nas diferentes regiões. Esta operacionalização visava compor uma base de cunho territorial para os dados que seriam utilizados para o entendimento das variações das dinâmicas territoriais urbano-rurais.

A metodologia da abordagem territorial organizada pela OCDE distingue dois níveis hierárquicos sub-nacionais de detalhamento geográfico, que são o local e o regional. Para o nível hierárquico local, a unidade de referência utilizada foi à comunidade local. A densidade demográfica foi a variável utilizada para classificar as comunidades como rural ou urbanas. Em face da enorme dificuldade para encontrar “uma definição correta do termo rural”, fundamentalmente porque cada país tem a sua própria definição, os estudiosos da OCDE fixaram o corte distintivo a partir do patamar de 150 habitantes por quilômetro quadrado (150 hab./Km²). Assim, todas as unidades locais com densidade inferior a 150 hab./Km² nos países membros foram classificadas como unidades locais rurais e com densidade superior a este limite como unidades locais urbanas. A exceção é o Japão, onde se estipulou 500 hab/Km² para o corte. O segundo parâmetro de classificação utilizado pela OCDE é o nível regional, também entendido como territorial. Nos parâmetros estabelecidos pela OCDE, a região compreende unidades territoriais maiores que as definidas para as unidades locais, sendo observado para tal feito as configurações regionais de cada país.

Esta operacionalização permitiu analisar mais de 50.000 comunidades locais e aproximadamente 2.000 regiões que compreendem a superfície territorial formada pelos países membros. O quadro 1 sistematiza o recorte territorial proposto pela abordagem da OCDE.



Quadro 1. Sistema de recorte territorial e seus critérios de classificação.

Fonte: Schneider e Blume (2004); OCDE (1994. p. 26).

A metodologia de indicadores territoriais da OCDE teve uma projeção importante fora da Europa, vindo a influenciar estudiosos no Brasil (VEIGA, 2001, 2002) e em outros países da América Latina (GOMEZ, 2001; PEREZ, 2001; GIARRACA, 2001). Mesmo que tenha sido importante como uma crítica aos indicadores setoriais com os quais as instituições de pesquisa e os estudiosos estavam operando para definir o rural, a metodologia da OCDE não representou um avanço teórico propriamente dito. De um lado, esta perspectiva foi fortemente combatida e criticada pelos estudiosos do território, especialmente os geógrafos, que discordam quanto ao seu conteúdo propriamente territorial. Por outro, seu esforço traz como resultado principal a alteração do conteúdo e do tamanho do que é rural conferindo-lhe um outro sentido normativo. No entanto, uma vez aceito que a definição do rural é mais ampla do que a mera vinculação da população a uma unidade política ou administrativa esgota-se o seu conteúdo heurístico e analítico.

A segunda perspectiva importante na discussão sobre a nova ruralidade emerge da análise de alguns estudiosos de que o sentido e a percepção do que é o rural ou a ruralidade estava se modificando no limiar do século XX. O primeiro estudioso a perceber estas mudanças foi o geógrafo Bernard Kayser que, no início da década de 1990, passou a

mobilizar um grupo de pesquisadores na França em torno da idéia que as mudanças sociais e econômicas estavam produzindo um efeito oposto àquele que muitos demógrafos e estudiosos dos movimentos populacionais estavam esperando. Kayser apresentou a tese do “renascimento rural” a partir da constatação de esgotamento do modelo fordista de organização produtiva, industrial e urbana, estaria estimulando um processo de descentralização e interiorização das atividades econômicas cujo resultado era uma revitalização das áreas rurais. O “renascimento rural” ou a “counter-urbanization” de Kayser gerou uma reflexão interessante dos estudiosos sobre o significado da ruralidade em face das profundas transformações sociais e econômicas que estavam afetando a agricultura e o espaço rural no período da globalização.

Partindo de um referencial distinto, Marc Mormont (1990) apresenta a hipótese de que em face das transformações que afetaram os espaços rurais durante o processo de modernização, já não faz sentido buscar uma definição empírica do rural ou da ruralidade. Segundo este autor, a diferença entre o rural e o urbano já não pode ser encontrada nas formas de produção ou da ocupação da força de trabalho, nem nos processos de mobilidade social. Neste sentido, sugere que a forma de distinguir o rural e lhe dar uma definição própria seria através da compreensão da diversidade de identidades dos atores que usam e habitam no rural, que já não são apenas os agricultores. Portanto, o rural passaria a ser uma categoria identificável a partir do modo como seus atores constroem sua relação e suas representações simbólicas com o espaço. A ruralidade torna-se uma categoria social e espacial que pode ser apreendida através das representações dos indivíduos, através da sua identidade social (HALFACREE, 1993)⁶.

Sendo o espaço rural ocupado e usado por vários atores (turistas, ambientalistas, interessados na preservação do patrimônio, esportistas, ex-residentes), inclusive os agricultores, torna-se necessário buscar uma definição que leva em consideração a heterogeneidade de sentidos que cada um destes atores e grupos atribui ao rural. Isto remete à análise das construções mentais que os atores e agentes estabelecem em relação ao rural, o que dá início a um conjunto de estudos sobre vida cotidiana e como a ruralidade é vivenciada na cotidianidade. Estes estudos, conformam uma outra perspectiva que remetam à definição de rural idílico (*rural idyll*). Segundo Cloke (2003), o rural idílico é o espaço

em que se encontram indivíduos com valores e as representações que se identificam com uma sociedade tradicional ou não secularizada. Trata-se de um rural simbolicamente construído cujo sentido e significado é dado pelos seus usuários. O rural idílico não possui uma aderência espacial, pois campo (*countryside*) e ruralidade (*rural*) podem ser reconstruídos como valores, como símbolos, em diferentes contextos sociais. O rural, assim, é o “*non place*”. Daí emerge uma categoria analítica que será central aos estudos desta perspectiva, que é a de “rural híbrido” ou heterogêneo, que permitirá que esta vertente de estudos se utilize da “*actor network theory*” para mostrar que o rural é o espaço privilegiado de interação entre humanos e não-humanos. Aos estudos rurais cabe, portanto, descrever a diversidade de formas de interação entre humanos e não-humanos que é dada pela agência (*agency*) e pela personificação e identidade social.

A terceira perspectiva que busca redefinir a nova ruralidade parte do diagnóstico de que os espaços rurais foram submetidos a um profundo processo de homogeneização durante o período de modernização da agricultura, sendo-lhes atribuída como função privilegiada a produção agrícola. Contudo, a década de 1980 e, sobretudo os anos 1990, teriam testemunhado um processo de reestruturação capitalista da agricultura, que estaria transformando também o sentido e o significado do espaço rural. Este processo de reestruturação seria, basicamente, uma mudança no modelo de produção agroindustrial, que estaria passando por questionamentos profundos de ordem ambiental, econômica e política. O contexto original desta reestruturação são os países europeus, que neste período alcançam a auto-suficiência do abastecimento alimentar e, portanto, passam a discutir uma ampliação nas funções da agricultura e do meio rural para o desenvolvimento.

Segundo alguns autores, o processo de reestruturação capitalista estaria gerando a emergência de um modelo pós-produtivista (MARSDEN, 1998, 1999; MARSDEN et al., 1993; PLOEG, 1997, 2000). Neste processo, o próprio espaço rural estaria sendo mercantilizado e não apenas a produção de produtos primários e as relações sociais de trabalho e produção. Nesta nova etapa, novas atividades, lideradas pelo turismo e pela valorização da paisagem e os bens não-tangíveis do rural tornam-se mercadorias de interesse dos consumidores. Através desta mudança, segundo estes autores, estaria havendo uma revalorização do próprio espaço rural a partir de atributos não ligados à produção.

Para Marsden, a reestruturação capitalista da agricultura tem como efeito o aparecimento de uma ruralidade diferenciada (“*differentiated countryside*”) que passa a ser “consumida” por diferentes atores e processos (MURDOCH et al., 2003)⁷. O rural diferenciado emerge como um objeto de consumo de diferentes atores e em decorrência dos processos mais gerais de mudanças da sociedade no período pós-fordista. Neste sentido, para se compreender a ruralidade diferenciada, Marsden sugere analisar as mudanças mais gerais que afetam a sociedade tais como a crescente reflexividade dos atores, a diferenciação do gosto e das vontades dos consumidores e o interesse maior por bens não-tangíveis. Igualmente importante será compreender os aspectos econômicos que caracterizam a crescente dominação da agricultura pelo setor agroindustrial e o papel do Estado no processo de regulação e controle dessas relações. Segundo Marsden, este processo não é linear nem homogêneo, mas contraditório, contestado, criticado e permeado por formas de resistência que podem estimular mudanças inesperadas.

A ruralidade diferenciada da qual falam Marsden e seus colaboradores deve ser situada nos marcos do debate britânico sobre a reestruturação da agricultura e revalorização do espaço rural do período do final dos anos 1980. Neste momento, ao processo mais geral de transformação produtiva associaram-se outras mudanças como a descentralização política (*devolution process*) e o crescimento do papel das regiões, a maior preocupação com a segurança e a sanidade dos alimentos (em razão do problema das crises de doenças como ‘o mal da vaca-louca’ e febre aftosa), entre outros fatores.

Segundo estes autores, a ruralidade diferenciada consegue integrar e, ao mesmo tempo, superar as perspectivas do rural pastoralista, assentada no comunitarismo e no rural pré-industrial, e do rural modernista, que está atrelado ao processo de transformação tecnológica da agricultura e do espaço rural do período do pós-guerra (Murdoch et. alii, 2003; Marsden, 1998, 1999). A ruralidade diferenciada estaria composta por uma tipologia que contempla quatro tipos de percepção da ruralidade, a saber: a ruralidade preservada (onde ainda se preserva as paisagens o rural e associado a um espaço idílico), a ruralidade contestada (onde já se verificam conflitos entre os agricultores e os demais interessados no espaço rural), a ruralidade paternalista (onde há um encontro de interesses do Estado e dos produtores que praticam uma agricultura produtivista) e a ruralidade clientelista (que

ocorrem em regiões afastadas onde a agricultura e a população rural dependem diretamente dos subsídios do Estado). Neste sentido, a ruralidade diferenciada seria tributária das mudanças dos atores e da sociedade, transformações estas que se expressam por meio da regionalização do desenvolvimento.

Feitas as devidas medições, talvez as conclusões mais gerais sobre a ruralidade diferenciada possam servir ao debate brasileiro e latino-americano sobre a ruralidade. Uma das conclusões, por exemplo, foi de que a mercantilização crescente da vida social e econômica modifica as dinâmicas das relações rural-urbana e não pode ser vista apenas como uma ameaça ou um limite as regiões rurais. Pelo contrario, a aceleração das trocas e das interações entre o rural e o urbano abre também novas possibilidades, como por exemplo, o incremento dos serviços, do turismo e da pluriatividade das famílias. Outro aspecto que vale a pena ser ressaltado e que talvez pode ser aproveitado refere-se ao enfoque teórico sugerido pelos autores. Para analisar as mudanças da ruralidade contemporânea, os autores sugerem um deslocamento de enfoque das perspectivas estruturalistas para as orientadas aos atores e as redes construídas através da sua interação social e econômica. Esta perspectiva, autodenominada de post-marxista (MURDOCH et al., 2003, p. 18), alinha-se com a agenda do novo regionalismo, anteriormente mencionado, defendendo a idéia de que o entendimento da dinâmica das regiões permite compreender a dinâmica da própria ruralidade⁸.

Em perspectiva muito próxima a de Marsden e seus colaboradores, Ploeg (1997) também vai sugerir a retomada da questão regional para se pensar a ruralidade. Seu ponto de partida, no entanto, considera que ainda é possível pensar as relações entre o espaço rural e urbano a partir de suas especificidades ou essencialidades. Segundo Ploeg, as particularidades do espaço rural são dadas pela co-produção entre homem e natureza e os efeitos desta relação sobre os territórios e as regiões⁹. Ploeg sustenta que a definição do rural e da ruralidade é, necessariamente relacional, não podendo haver o rural sem haver o não-rural ou o urbano. Para definir o que é o rural Ploeg recorre a idéia de que a ruralidade é o resultado da interação e produção entre o homem e a natureza. Neste sentido, segundo Ploeg, “a natureza enraizada no rural é uma co-produção, resultado de uma interação e co-evolução do homem e da natureza (1997, p. 42)”.

Em trabalho ainda inédito Ploeg et alii. (2008) aprofundam a questão das relações entre o rural e o urbano para elaborar uma definição do rural. A partir deste critério, Ploeg e seus colaboradores elaboram uma tipologia das relações rural-urbano que são sistematizados em uma tipologia das regiões rurais. Esta tipologia relacional leva em consideração três corolários. Primeiro, que regiões são efetivamente lugares com especificidades. Nos termos enfatizados pelos autores,[...] “a region as definitely not a ‘non’ place. A region is a place where specific funds are located , which generate and receive specific flows”(PLOEG et al., 2008, p.7). Segundo, quando se fala especificamente de regiões rurais deve-se considerar que o rural e o lugar em que ocorrem as interações de co-produção entre homem e natureza, o lugar em que ha uma predominância relativa dos pequenos e médios empreendimentos e o espaço de relações de trocas não mercantis ainda fortemente marcadas influenciadas por relações de reciprocidade. Terceiro, levar em consideração a expressiva heterogeneidade das regiões rurais.

Território e ruralidade: conceitos para repensar o desenvolvimento rural

Nos anos recentes ocorreram mudanças importantes de caráter político, prático e analítico nas formas de compreender a dinâmica da ruralidade, dos territórios e dos processos de desenvolvimento. As seções anteriores deste trabalho procuraram mostrar algumas tendências gerais nestas três dimensões. A emergência do que vem sendo denominado na literatura de desenvolvimento territorial rural esta diretamente relacionada a estas mudanças mais gerais na forma de se pensar, analisar, praticar e discutir a ruralidade, os territórios e os processos de desenvolvimento. Nesta seção final, pretende-se discutir como estas três categorias vêm sendo utilizadas em termos políticos, práticos e analíticos.

Com base no que foi descrito anteriormente, pode-se afirmar que a perspectiva territorial do desenvolvimento representa o encontro ou a confluência de novas formas de refletir sobre a ruralidade, de elaborar políticas, de implementar e experimentar práticas. Neste sentido, a abordagem territorial promoveu a superação do enfoque setorial das atividades econômicas (agricultura, indústria, comércio, serviços) e suplantou a dicotomia

espacial entre o rural *versus* urbano ou o campo *versus* cidade. Na perspectiva territorial, as dicotomias e os antagonismos são substituídos pelo escrutínio da diversidade de ações, estratégias e trajetórias que os atores (indivíduos, empresas ou instituições) adotam visando sua reprodução social e econômica. Como resultado, emerge a diversidade e a heterogeneidade social e econômica dos territórios, que se constitui no traço característico dos distintos caminhos e trajetórias que podem ser seguidos em direção ao desenvolvimento.

A introdução da perspectiva territorial na discussão dos processos de desenvolvimento rural é um fenômeno relativamente recente. Sarraceno (2007) indica que no caso europeu, o programa LEADER exerceu um papel importante como metodologia e influenciou decisivamente na adoção de políticas de recorte territorial e regional como uma alternativa aos enfoques setoriais agrícolas. Ao sugerir a necessidade de adotar uma perspectiva territorial para as políticas de desenvolvimento rural, Schejtman e Berdegú (2003, p.17) indagam: “Qué duda cabe de que los viejos enfoques del desarrollo rural son cada vez más irrelevantes frente a la magnitud de estos cambios en las sociedades rurales”?

Da mesma forma, Sumpsi (2007) indica que existem evidências de uma série de vantagens das políticas de desenvolvimento com enfoque territorial. Tomando como referência avaliações realizadas nos programas LEADER e projetos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o autor destaca que entre as principais vantagens do enfoque territorial estão (a) el fortalecimiento de la cultura participativa; (b) la adquisición de capacidades locales para la negociación y concertación entre actores locales, públicos y privados; (c) el aumento de la autoestima de la población local al sentirse protagonistas de su futuro; (d) la toma de conciencia de que el desarrollo también depende de la población y que no todo lo puede y debe resolver el Estado, lo que contribuye a crear un cambio de actitud y comportamiento de la población local, que pasa de una actitud pasiva a otra más activa; (e) el reconocimiento de la existencia de recursos locales ociosos y de conocimientos valiosos que se estaban perdiendo; (f) la mejora del acceso a la información por parte de la población local que no suele tener acceso a la información; (g) el proceso de debate social que comporta este enfoque ayuda a crear una visión colectiva de la sociedad local sobre el futuro del territorio, que permite sentar las

bases de un proyecto común para dicho territorio (SUMPSI, 2007, p.12; MORA Y SUMPSI, 2004).

O trabalho de Schejtman e Berdegué (2003) representa um esforço consistente e aprofundado na tentativa de fazer, ao mesmo tempo, um balanço do debate teórico e político da relação entre território e desenvolvimento rural. Segundo os autores, a adoção da perspectiva territorial do desenvolvimento rural leva em consideração sete elementos, que são tomados como ensinamentos e pontos de partida. Primeiro, é num ambiente cada vez mais competitivo que se dão as chances de sobrevivência das unidades de produção. Segundo, a inovação tecnológica continua a ser uma variável-chave para elevar a produtividade da mão-de-obra e as rendas da população rural. Terceiro, a competitividade é entendida como um fenômeno sistêmico que depende dos ambientes e dos territórios. Quarto, a demanda externa exerce um apelo decisivo sobre as transformações produtivas locais e territoriais. Quinto, os vínculos rural-urbanos são fundamentais ao desenvolvimento de atividades agrícolas e não-agrícolas em um território. Sexto, o desenvolvimento institucional tem importância fundamental para o desenvolvimento dos territórios. Sétimo, o território não é um espaço físico objetivamente existente, mas uma construção social, isto é, um conjunto de relações sociais que se originam e se expressam em uma identidade e em um sentimento de pertencimento compartilhado por agentes públicos e privados.

Em termos teóricos, sua perspectiva define o desenvolvimento territorial rural como “um processo de transformação produtiva e institucional em um espaço rural determinado com a finalidade de reduzir a pobreza rural”(SCHEJTMAN; BERDEGUÉ, 2003, p.11) Schejtman e Berdegué sugerem que o enfoque territorial pode contribuir para mudar as políticas e redimensionar a agenda do Estado na implementação de programas e ações de desenvolvimento rural. Além disso, a abordagem territorial do desenvolvimento rural proposta pelos autores destina-se a produzir, simultaneamente, transformações produtivas e institucionais, ampliar o entendimento da ruralidade para além da agricultura, valorizar a heterogeneidade dos territórios e melhorar a capacidade de inovação das iniciativas endógenas assentadas na identidade. Deste modo, a abordagem territorial de Schejtman e Berdegué pretende não seguir fazendo “más de lo mismo” nas ações de desenvolvimento

contra a pobreza rural, o que requer também uma nova arquitetura institucional em que o Estado e a sociedade civil passem a atuar de forma combinada e complementar em múltiplos sentidos.

Em termos práticos, o documento dos autores elabora uma definição operacional de território que permite delimitar os espaços de ação das políticas de desenvolvimento rural. Neste sentido, definem o território como “um espaço de identidade dotado de um projeto de desenvolvimento socialmente concertado” (SCHEJTMAN; BERDEGUÉ, 2003, p. 15) e sugerem oito critérios para serem levados em consideração em programas de desenvolvimento territorial.

Malgrado a consistência e a amplitude do trabalho de Schejtman e Berdegué (2003) há quatro aspectos que merecem ser considerados para discussão. Em primeiro lugar, apesar da consistente revisão teórica, a proposta final dos autores não oferece instrumentos analíticos e conceituais para o estudo das experiências territoriais de desenvolvimento. A síntese da revisão da literatura aponta para um conjunto de lições e ensinamentos que não possuem uma unidade epistemológica. Considerando-se a pluralidade e o ecletismo analítico que informa esta literatura, cujas fontes teóricas são diversificadas, corre-se o risco de elaborar uma definição conceitual sobre território assentada em uma bricolagem. Conforme se destacou em outro texto (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2006), para os objetivos aos quais parece se destinar o documento de Schejtman e Berdegué, que são as políticas públicas, isto pode não representar um problema ou uma limitação. Mas para os estudiosos e pesquisadores que pretendem extrair referências analíticas, talvez valha o cuidado para não confundir o sentido prático e aplicado da proposta com o seu uso como um instrumento analítico e cognitivo. O segundo aspecto refere-se à uma quase ausência da questão do poder e da dominação na definição conceitual dos territórios como para o entendimento de sua dinâmica em termos de desenvolvimento. O terceiro aspecto refere-se à uma possível incongruência entre a definição de território rural como espaço de identidade social e cultural e sua relação com o desenvolvimento, entendido como um processo simultâneo de transformação produtivo e institucional. Estas definições carecem de um esclarecimento adicional sobre o caráter indutivo do processo de mudança social, neste caso patrocinado pela ação estatal e institucional, que não se ajusta ao modo

construtivista com que e pensado o território a partir das identidades. O último aspecto refere-se a ausência de dados empíricos que permitam avaliar o alcance explicativo da tipologia dos territórios que e apresentada no documento, o que obviamente poderá ser alvo de trabalhos futuros.

Para além desta proposta de Schejtman e Berdegué, a discussão sobre a abordagem territorial do desenvolvimento rural e feita a partir de duas outras perspectivas ou vertentes de pensamento. A primeira perspectiva tende a destacar a questão da coesão social e de suas relações com a questão da identidade e do capital social. A segunda vertente discute as interações entre as relações sociais e econômicas que ocorrem nos territórios a partir do conceito de imersão ou incrustamento (*embeddedness*) da sociologia econômica.

Territórios com identidade e capital social

Os estudos sobre território na perspectiva da identidade partem da proposição de que as formas de ação coletiva entre indivíduos e atores depende, necessariamente, da formação de uma identidade de um grupo social que vive e utiliza um determinado espaço social. Segundo Echeverri (2006),

la identidad, como expresión de los rasgos diferenciadores, distintivos, de la población perteneciente a un espacio, se convierte en el espíritu esencial, básico, estructurante del territorio, sirviendo, no sólo a la posibilidad de describir o caracterizar un territorio, sino, más importante, a la orientación y ordenamiento de las estrategias de desarrollo, soportando y definiendo el carácter de las fuerzas motoras que permiten avanzar en el logro del bienestar. (2006, p. 26).

Isto pode se dar tanto através de eventos históricos (luta social, revoltas, ocupação, etc) como através de determinadas características coletivas que são comungadas pelo grupo, tais como a língua, a etnia, a religião, os costumes e hábitos. Com base nisso é que se cria entre os indivíduos membros dos grupos um sentimento de pertencimento coletivo e de identificação que seriam as bases sobre as quais se assentam formas de legitimação dos valores e da cultura do coletivo social. O processo de legitimação social é fundamental porque dele se origina o sentimento de pertencimento (*belonging*) e de comprometimento

(*accountability*) que se traduz em formas de sancionamento e legitimidade política pelos atores envolvidos¹⁰.

Para esta perspectiva, a cultura e a identidade social são os pontos de partida que permitem mobilizar indivíduos e atores em torno de uma idéia ou de um projeto coletivo, política e socialmente legitimado de “baixo para cima” (*bottom up*). O território e o espaço local se constituem na esfera privilegiada deste tipo de processo porque é nesta escala que os indivíduos interagem, cooperam, trocam informações e estabelecem mecanismos de controle e coesão social. Neste sentido, a ruralidade é percebida a partir de sua dimensão cultural e simbólica, fazendo com que diferentes tipos de atores, ligados ou não a atividades produtivas agrícolas, por exemplo, se mobilizem em prol do território.

Em termos analíticos a perspectiva dos territórios com identidade está relacionada com o que Ray (2006, 1998a, 1998b, 1997) chamou de “economia cultural”. Segundo este autor, a economia é uma atividade eminentemente social que se inscreve em um conjunto de regras e normas de natureza cultural, que forma a identidade de um grupo social. Por este motivo, os territórios são a unidade de análise e o espaço de interação social por excelência onde transcorrem processos de desenvolvimento rural endógeno. A compreensão da cultura e da identidade dos atores são dimensões fundamentais na elaboração de projetos de desenvolvimento territoriais.

Ray chega a sugerir que a teoria do desenvolvimento territorial endógeno pode ajudar a ampliar ou superar a perspectiva setorial que informam as políticas, ajudar a mobilizar os recursos em nível local e reter seus resultados e benefícios no território (2002, p. 228). Além disso, segundo o autor, esta perspectiva focaliza as ações de desenvolvimento a partir da necessidade das pessoas, das capacidades e das perspectivas locais, o que confere ao processo um caráter ético e comprometido com a comunidade local. Esta abordagem dos territórios com identidade foi amplamente utilizada para analisar as ações de desenvolvimento promovidas pelo programa LEADER, da União Européia. Ray (1998b, 2000) mostra, por exemplo, que o capital social disponível em determinado território pode ser mobilizado para a constituição de formas de organização locais, tais como grupos, comissões ou consórcios, que revelam-se importantes instâncias de coordenação e gestão das políticas públicas e estimulam a participação dos cidadãos nas atividades coletivas.

Mesmo sem uma relação direta, a perspectiva dos territórios com identidade cultural estabelecesse um diálogo bastante profícuo com as teorias neofuncionalistas da coesão social, tal como na modalidade representada pela abordagem do capital social de Robert Putnam (1996). Putnam parte do pressuposto de que a identidade social, a cultura e os valores cívicos são ingredientes fundamentais para estimular nos indivíduos um compromisso coletivo e aguçar o agir cooperativo e associativo. Ao estudar comparativamente diferentes regiões italianas, Putnam constatou que naquelas em que havia maior propensão dos indivíduos a cooperar e agir de forma associada e coletiva os indicadores de desenvolvimento social e econômica eram mais expressivos. Esta predisposição dos indivíduos a agir de forma coletiva e associativa Putnam denominou de virtude cívica e os dispositivos coletivos criados, como associações, sindicatos e cooperativas, formariam o que designou de capital social.

Embora o trabalho de Putnam não tenha se preocupado diretamente com a dimensão espacial (ou territorial) do capital social, estudos posteriores que se inspiraram na sua perspectiva mostraram a existência de uma relação entre as formas de ação coletiva, a identidade e o território. Ou seja, as virtudes cívicas e a propensão a cooperar se inscrevem em uma dimensão espacial, que é delimitada e recortada a partir do sentimento de pertencimento e de identidade dos indivíduos a um lugar.

Neste sentido, os estudos passaram a demonstrar que o capital social também possui uma dimensão territorial. Como resultado, analistas e formuladores de políticas passaram a perceber a identidade territorial e o capital social nele disponível como as variáveis-chave para o desenvolvimento territorial. Organizações locais de caráter associativo e coletivo são agora percebidas como potenciais fontes de capital social e criadoras de identidade, o que implica em seu reconhecimento e legitimação como interlocutores no processo de desenvolvimento endógeno de tipo “*bottom-up*” (BOISIER, 1999). Não é sem motivo que as políticas públicas lastreadas nesta perspectiva assentam suas estratégias de ação sob as prerrogativas da parceria, da participação e da governança.

Em certo sentido, talvez isto explica porque a perspectivas dos territórios de identidade vem sendo utilizada como referencial por varias instituições, organizações não-governamentais e mesmo órgãos governamentais em vários países da América Latina

(como é o caso, por exemplo, do programa de desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do IICA no Brasil). No documento de Schejtman e Berdegué (2003) podem ser encontradas várias referências sobre a relação virtuosa entre capital social e desenvolvimento territorial, assim como nos trabalhos de Ray (2000) e Sarraceno (2007). Como um exemplo, talvez a passagem do trabalho de Echeverri (2006) possa ser ilustrativa, quando afirma que

en el marco político institucional, la identidad asociada al territorio se expresa como territorialidad que denota el sentimiento político, la energía social, la voluntad colectiva, que hace que existan sentimientos como el nacionalismo, patriotismo, regionalismo, amor por el terruño y otras muchas manifestaciones de una fuerza social objetiva, de cuyo reconocimiento y comprensión depende la viabilidad de muchas de las estrategias de desarrollo. (2006, p. 26).

Territórios rurais imersos em processos sociais e econômicas

A segunda perspectiva de estudos sobre o desenvolvimento territorial rural inspira-se nos trabalhos de estudiosos que discutem as características e o processo de imersão ou enraizamento (*embeddedness*) das atividades econômicas em contextos, espaços ou ambientes sociais marcados por fortes relações de proximidade, lealdade e interconhecimento. Esta literatura se inspira nas discussões da sociologia econômica de Granovetter, que recupera a idéia de Karl Polanyi de que as relações econômicas entre os indivíduos estão imersas ou incrustadas em um contexto social em que predominam normas, códigos e hábitos; enfim, uma cultura, que funcionam como instituições tácitas que têm o papel de garantir a coesão social. Mas ao contrário da perspectiva culturalista de Putnam, os estudiosos da sociologia econômica afirmam que as relações e interações entre os atores são socialmente construídas e negociadas, formando estruturas, hierarquias e lutas sociais por poder.

Entre os estudiosos do desenvolvimento territorial rural, a perspectiva da imersão (*embeddeness*) das relações sociais e econômicas está presente nos trabalhos do sociólogo brasileiro Ricardo Abramovay (2006, 2003). Para Abramovay (2006) os

territórios não são simplesmente um conjunto neutro de fatores naturais e de dotações humanas capazes de determinar as opções de localização das empresas e dos trabalhadores: eles se constituem por laços informais, por modalidades não

mercantis de interação construídas ao longo do tempo e que moldam uma certa personalidade e, portanto, uma das fontes da própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais.

Segundo Beduschi Filho e Abramovay,

em torno dos territórios existem certos modelos mentais partilhados e comportamentos que formam uma referência social cognitiva materializada numa certa forma de falar, em episódios históricos e num sentimento de origem e de trajetórias comuns. Os territórios não são definidos pela objetividade dos fatores de que dispõem, mas antes de tudo, pela maneira como se organizam. (BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2003, não paginado).

Os trabalhos conduzidos no âmbito do projeto de pesquisa sobre “Movimientos Sociales, Gobernanza Ambiental y Desarrollo Territorial Rural en América Latina” - dirigido pelo Rimisp/Chile - publicados no livro organizado por Bengoa (2006), procuram demonstrar como os atores sociais, em geral movimentos sociais, são capazes de construir e elaborar propostas de desenvolvimento que se inscrevem no marco das disputas sociais e políticas locais e regionais. Nesta perspectiva, é atribuído um papel-chave aos atores a ao modo como constroem suas formas de interação social e econômica no território. A capacidade de governança institucional é entendida como um indicador de sucesso no exercício do poder e da dominação que possui repercussões importantes sobre os resultados alcançados.

Neste sentido, o território passa a ser visto como o espaço social e econômico em que transcorrem dinâmicas de desenvolvimento assentadas na colaboração e na aprendizagem coletiva. A idéia básica é que as convenções e normas que regulam as relações sociais de um determinado grupo humano que se localiza em um território ajudam a reduzir os custos de transação, estabilizar o ambiente institucional e incrementar a eficiência econômica.

Mas o escopo analítico da perspectiva dos territórios imersos em relações sociais e econômicas é amplo e, em certa medida, marcado pela ubiquidade. No livro de Bengoa (2006) o primeiro capítulo, assinado coletivamente, trata de alargar a perspectiva de análise dos território inscrevendo-a na abordagem pós-estruturalista de Bourdieu. Os autores sugerem que

los territorios son arenas, dominios, espacios sociales organizados o campos en los que actores colectivos tratan de producir sistemas de dominación —que es otra forma de denominar la obtención de la cooperación ajena— por medio de un conjunto variado de recursos materiales y culturales que les allanan caminos para

interpretar, imprimir sentido, tomar posición y actuar en situaciones dadas [...] (ABRAMOVAY, 2006, p.30).

Um tema central nesta perspectiva é a análise das relações de reciprocidade social e proximidade econômica, bem como seus desdobramentos e impactos na formas de controle, cooperação, aprendizagem em nível local e territorial. Tal como já mencionado na seção anterior deste texto, os autores signatários desta perspectiva acreditam que os processos de inovação tecnológica e a eficiência produtiva podem se privilegiar de contextos em que as relações pessoais e o interconhecimento facilitam as interações sociais de tal forma a serem benéficas a eficiência econômica por meio da redução de riscos e incertezas.

Em seu trabalho mais recente, Abramovay (2006) indica que a visão do desenvolvimento territorial pela ótica da teoria do “*embeddedness*” revela-se um recurso analítico adequado para compreensão de dois elementos centrais para o sucesso das experiências de desenvolvimento, que são os mecanismos de cooperação entre atores e o papel dos mercados. Segundo Abramovay (2006, p.32),

a coesão territorial apóia-se sempre em formas localizadas de cooperação que correspondem à capacidade de diferentes grupos em oferecer os padrões em torno dos quais a interação social se estabiliza. Os participantes de qualquer mercado procuram, permanentemente, estabilizar suas relações ou, em outras palavras, reduzir ao mínimo os riscos que correm pelo fato de estarem expostos ao sistema de preços. Os protagonistas dos mercados não são fundamentalmente maximizadores de lucro vivendo num mundo atomizado em que as oportunidades são aproveitadas sob a forma de um leilão permanente estabelecido entre participantes anônimos e impessoais.

Algumas Considerações Finais

A perspectiva do desenvolvimento territorial rural vem evoluindo de forma expressiva no período recente, vindo a se constituir em uma abordagem que possui referências políticas, práticas e teóricas que tem influenciado formuladores de políticas, mediadores e estudiosos. Malgrado sua atração, acredita-se que se trata de uma abordagem que ainda precisa ser submetida ao crivo da experimentação, da avaliação e, sobretudo, do decurso do tempo. Muitas ações e iniciativas de caráter territorial tem recebido o apoio de governos e instituições, assim como organizações da sociedade civil passaram a organizar

projetos e formas de gestão que reivindicam um aporte territorial. Os analistas e pesquisadores, por sua vez, também vêm mobilizando conceitos e novas metodologias com a intenção de elaborar referências ao estudo destes processos.

De uma maneira geral, a perspectiva territorial do desenvolvimento rural recebe contribuições sistemáticas e vem sendo alimentada pelas discussões sobre a ruralidade, a territorialidade e o desenvolvimento. Tal como indicado nas seções anteriores deste texto, vários dos temas que têm sido debatidos nestes três domínios vêm sendo incorporados pelos agentes e mediadores, como no caso dos formuladores de políticas.

Isto demonstra a ampla permeabilidade da noção de território, sua penetração como recurso analítico e conceitual bem como seu potencial para orientar ações normativas de intervenção social. Ao mesmo tempo em que este longo alcance pode ser visto como uma de suas principais forças e méritos, também o torna ubíquo, exposto a críticas e restrições, especialmente por aqueles que fazem uso indistinto e confundem seu sentido heurístico com suas finalidades político-práticas e normativas. Por esta razão, a utilização da noção de território no âmbito dos estudos sobre desenvolvimento, especialmente em áreas rurais, ainda precisa ser refinado e aprofundado por novas pesquisas.

Notas

¹ Uma discussão interessante de como a perspectiva dos clusters pode ser aplicada aos temas agroalimentares pode ser encontrada nos trabalhos de Requier-Desjardins (2002) sobre os sistemas agroalimentares localizados (SYALES). Na América Latina, o trabalho de Dirven (2002) oferece uma visão panorâmica sobre o debate.

² Para um síntese deste debate consultar os artigos de Schejtman e Berdegué (2003) e Veiga (1999). Entre os livros que apresentam sínteses das diferentes perspectivas teóricas vale a pena consultar as coletâneas organizadas por Benko e Lipietz (1994), Abdelmalki e Courlet (1996) e Pecqueur (1996). Uma análise crítica interessante destas e outras perspectivas pode ser encontrada no extenso trabalho de Fernandez y Vigil (2007) e na revisão de Moulaert e Nussbauner (2005).

³ No Brasil, dentro dos pesquisadores que refletiram sobre a nova ruralidade estão autores como Carneiro (1998); Moreira (2002) e Wanderley (2000, 2004).

⁴ Esta parte do texto está inspirada em Schneider e Blume (2004). Para maiores detalhes consultar Blume (2004)

⁵ Os dados se referem aos países que eram membros da organização até 1994, a saber: Áustria, Austrália, Alemanha, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça e Turquia.

⁶ No Brasil, a perspectiva de Mormont aparece nos trabalhos de Carneiro (2001).

⁷ Marsden e seus colaboradores realizaram uma análise de longo alcance sobre as mudanças provocadas pela reestruturação capitalista sobre a agricultura e o espaço rural do Reino Unido. Os resultados deste esforço estão concentrados em três publicações anteriores ao livro sobre a ruralidade diferenciada, que são “Constructing the countryside”, de 1993, onde apresentam a abordagem geral, “Reconstituting rurality”, de 1994, “Moralising the environment”, de 1997.

⁸ Segundo Murdoch, et. alii (2003, p. 23) “our general argument here is that rural areas in England are being *ruralized*. However, we also note that regional areas are being *ruralised*: there is a rural component to the regional economy, to regional politics and regional social formations.”

⁹ Ploeg (1997, p. 42): “[...] I am using the term co-production in the broadest possible sense of the word. In the first place co-production refers to the interaction between man and living nature, that is the process of production in which ‘nature’ is converted into goods and services for human consumption. Agricultural production is evidently one of the basic component of such co-production. Co-production is, however, not limited to this alone. Man’s needs are not limited to food. The notion of co-production refers to a double boundedness: not only does mankind condition co-production, nature also conditions the same co-production [...] It is precisely the encounter between the two, nature and mankind, that makes for co-production.”

¹⁰ Segundo Ray (1999, p. 524) “[...] the use of the term territory (or place) signals the intention to formulate some of the options for action available to people in territories to which they feel a sense of belonging...”.

Referências

ABDELMALKI, L.; COURLET, Cl. **Les nouvelles logiques du developpement**. Paris: L’Harmattan, 1996.

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G. y LATTUADA, M. **Desarrollo rural – Organizaciones, instituciones y territorios**. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2006. p. 51-70

BAGNASCO, A. Le Developpement diffus: le modèle Italien. In: SACHS, I. (Dir.). **Quelles Villes, Pour Quel Developpement?** Paris : PUF, 1996. p.191-213.

BAGNASCO, A. ; TRIGLIA, C. **La construction sociale du marche** : le défi de la Troisième Italie. Paris, Juillet/Éditions de L’ENS-Cachan, 1993.

BECATTINI, G. O Distrito Marshalliano. In: BENKO, G. ; LIPIETZ, A. (Org.). **As regiões ganhadoras-distritos e redes**: os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: Celta, 1994. não paginado.

BEDUSCHI FILHO, L.C. ; ABRAMOVAY, R. Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER),XLI., 2003, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: SOBER, 2003. não paginado.

BENGOA, J. (Ed.) **Territorios Rurales. Movimientos sociales y desarrollo territorial rural en América Latina**. Santiago/Chile: Catalonia, 2006.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Org.). **As regiões ganhadoras. Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica.** Oeiras: Celta, 1994.

BERTI, G.; ROSSI, A. Troubles with implementing rural governance: two case studies on the hard march towards rural districts in Tuscany. In: XXIInd CONGRESS OF THE EUROPEAN SOCIETY FOR RURAL SOCIOLOGY, XXIInd, 2007. Wageningen, The Netherlands, 2007. não paginado.

BOISIER, S. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v.4, n.1, p.61-78, jan/abr. 1999.

CARNEIRO, M. J. T. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.11, p 53-75, 1998.

CAZELLA, A.A. **Especificação territorial e mediação de conflitos: desafios para o desenho de políticas públicas de desenvolvimento territorial.** Seminário sobre desenvolvimento territorial. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

DI MÉO, G. **Géographie social et territoires.** Paris : Éditions Nathan, 1998.

DIRVEN, M. **Distancia económica, cadenas agroalimentarias y clusters locales: una mirada a América Latina .** Documento presentado a la Conferencia “Local agrifood systems: products, firms and local dynamics”, 16 a 18 de octubre 2002, Montpellier, Francia

DURANTON, G AND STORPER, M. Agglomeration and growth: a dialogue between economists and geographers. **Journal of Economic Geography**, Oxford, v.6, p. 1–7, 2006.

ECHEVERRI, R. P. **Aspectos conceptuales y metodológicos de un proceso de construcción de tipologías de territorios de identidad.** Brasilia: IICA, 2006.

ESCOBAR, A. Culture sits in places: reflections on globalism and subaltern strategies of localization. **Political Geography**, n. 20 p. 139–174, 2001

FERNÁNDEZ, V.R. y VIGIL, J.I. Clusters y desarrollo territorial. Revisión teórica y desafíos metodológicos para América Latina. **Economía, Sociedad y Territorio**, v. VI, n. 24, p. 859-912, 2007.

FERNÁNDEZ, V.R.; AMIN, A.; VIGIL, J.I. **Repensando el desarrollo regional. Contribuciones globales para una estrategia latinoamericana.** Argentina: Ed. Miño y Dávila, 2008.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste.** Niterói: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. Niterói/EdUFF e São Paulo/Contexto, 2002.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo, Loyola, 1993.

KRUGMAN, P. **The role of geography in development**. Paper prepared for the Annual World Bank Conference on Development Economics, Washington, D.C., April 20–21, 1998.

LOVERING, J. Theory Led By Policy: the inadequacies of the new regionalism (illustrated from the case of Wales). **International Journal of Urban and Regional Research**, n. 23, p. 379–398, 1999.

MAILLAT, D. Milieux innovateurs et dynamique territoriale In: Rallet, A. & Torre, A (Coord.) **Économie Industrielle et Économie Spatiale**. Paris : Economica, 1995.

MARSDEN, T. New Rural Territories: regulating the differentiated rural spaces. **Journal of Rural Studies**, London, v. 14, n. 1, p. 107-117, 1998.

MARSDEN, T. **The condition of rural sustainability**. Assen, the Netherlands: Royal Van Gorcum, 2003.

MASSEY, D. **For space**. London: Sage, 2005.

MDA/SDT/CONDRAF. **Referências para o programa territorial de desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: IICA. Documento de trabalho, versão de setembro de 2003.

MORA, J.; SUMPISI, J.M. **Desarrollo rural: nuevos enfoques y perspectivas**. Chile, Fodepal, FAO-AL, 2004.

MOREIRA, R. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. **CPDA-Ruralidades**, Rio de Janeiro, n. 1, 2002. não paginado.

MOULAERT, F. ; NUSSBAUNER, J. The social region beyond the territorial dynamics of the learning economy. **European Urban and Regional Studies**, London, v. 12, n.1, p. 45–64, 2005.

PIORE, M.; SABEL, C. **The second industrial divide: possibilities for prosperity**. New York: Basic Books, 1984.

PLOEG, J. D. VAN DER, RENTING, H., BRUNORI, G., KNICKEL, K., MANNION, J., MARSDEN, T., ROEST, K. DE., SEVILLA-GUZMÁN, E., and VENTURA, F. Rural

Development: From Practices and Policies towards Theory. **Sociologia Ruralis**, v.40 , n.4, p. 391-408, 2000.

PORTER, M.E. **The need for a new paradigm. The competitive advantage of nations.** New York: The Free Press, 1990.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna.** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RAFFESTIN, C. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. **Cahier du Groupe Réseaux**, n.7, p. 263-279,1987.

RAFFESTIN, C. Territorialité: concept ou paradigme de la géographie sociale? **Geographica Helvetica**, n. 2, p. 91-96, 1986.

RAY, C. A mode of production for fragile rural economies: the territorial accumulation of forms of capital. **Journal of Rural Studies**, London, n.18, p.225–231, 2002

RAY, C. **Culture economies and local development.** University of New Castle Upon Town, Centre of Rural Economy, Working Paper 25, 1997.

RAY, C. Culture, intellectual property and territorial rural development. **Sociologia Ruralis**, v., 38, n.1, p. 1-20, 1998a.

RAY, C. Territory, structures and interpretation – Two case studies of the European Union’s LEADER I programme. **Journal of Rural Studies**, London, v. 14, n. 1, 1998b.

RAY, C. Towards a meta-framework of neo-endogenous development: repertoires, paths, democracy and rights. **Sociologia Ruralis**, cidade??,v.,39, n.4, p. 521-537, 1999.

RAY, C. The EU LEADER Programme: rural development laboratory. The Netherlands, **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, 2000. não paginado.

RAY, C. Transnational co-operation between rural areas: elements of a political economy of EU rural development”. **Sociologia Ruralis**, v. 41, n. 3, p. 279-295, 2001.

RAY, C. Neo-endogenous rural development in the EU. In: CLOKE, Paul; MARSDEN, Terry; MOONEY, Patrick (Ed.). **Handbook of Rural Studies.** London: Sage, 2006.

REIS, J. Território e sistemas produtivos locais: uma reflexão sobre as economias locais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Portugal, n. 25/26, não paginado,1988.

SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial: conceitos, estratégias, atores. In: SABOURIN, E. ; TEIXEIRA, O. A. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências.** Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M et al. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC/ Anpur, 1994. p. 15 – 20.

SARRACENO, E. **La experiencia europea de desarrollo rural y su utilidad para el contexto latinoamericano**. Grupo de Asesores Políticos (Group of Policy Advisers), Comisión Europea, Documento de Trabajo, 2003.

SARRACENO, E. Políticas rurales de la unión europea y proyectos territoriales de identidad cultural. **Opera**, n.7, Colombia, p. 167-189, 2007.

SARRACENO, E. Recent trends in rural development and their conceptualization. **Journal of Rural Studies**, London, v.10, n.4, p.321-330, 1994.

SARRACENO, E. Urban-rural linkages, internal diversification and external integration: a european experience In: **Memoria del Seminario Interrelación Rural-Urbana y Desarrollo Descentralizado**. Taxco: México, 1997. p. 71-105;

SAYAGO, D.; TARTARUGA. I.GP; OLIVEIRA, M. M. ECHEVERRI, R. **Desenvolvimento sustentável e territorialidade: identidades e tipologias. (Bases conceituais e proposta metodológica)** PCT/SDT/MDA-IICA, Brasília, 2006.

SCHEJTMAN, A. ; BERDEGUÉ, J. **Desarrollo territorial rural**. Documento de Trabajo, RIMISP, Santiago/Chile, 2003;

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

SCHNEIDER, S. ; TARTARUGA, I.P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**, Campina Grande/PB, v. 23, n. 1 e 2, p. 99-116, 2006.

SONNINO, R. Embeddedness in Action: saffron and the making of the local in sothern Tuscany. **Agriculture and Human Values**, n.24, p.61-74, 2007.

SOUZA, M.J.L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C. ; CORRÊA, R.L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. não paginado.

STORPER, M. **The regional world. Territorial development in a global economy**. New York, Guilford, Press. 1997.

SUMPSI, J.M. Desarrollo rural con enfoque territorial: diferencias y semejanzas de las experiencias de la Unión Europea y América Latina. In: ORTEGA, A.C.; ALMEIDA FILHO, N. (Org.) **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007. p. 63-91.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho vargista ao zoneamento ecológico-econômico. **Anais do XIX Encontro Nacional de Economia**, Salvador, dezembro de 2001.

VEIGA, J.E.A face territorial do desenvolvimento.In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA,27º .,1999, Belém, **Anais...** Belém, 1999. v. II, p. 1301-1318.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-145, 2000.

WANDERLEY, M. N. B. Olhares sobre o “rural” brasileiro. Campina Grande, **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 1 e 2 . p. 82-99, jan./dez, 2004.

WOODS, M. Engaging the global countryside: globalization, hybridity and the reconstitution of rural place. **Progress in Human Geography**. v.4 n.31, p. 485–507, 2007.